

CONSULTORIA JURÍDICA
DESPACHO Nº 378

PROJETO DE LEI Nº 12.057

PROCESSO Nº 75.558

De autoria do PREFEITO MUNICIPAL (PEDRO BIGARDI), o presente projeto de lei reagrupa os cargos e empregos de Assistente de Administração e Agente Fazendário e os de Assistente Técnico Tributário e Assistente de Gestão; e dá providência correlata.

Uma análise preliminar da presente proposta revela que a mesma não vem instruída com as manifestações dos órgãos da Administração de que trata o art. 25 da Lei 8.474, de 17 de julho de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

Diz o referido dispositivo:

“Art. 25 – Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e da Secretaria Municipal de Finanças, em suas respectivas áreas de competência”.

Também se faz necessária a análise do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí-IPREJUN, acerca do impacto das despesas – previstas no projetado art. 3º - irá gerar, para melhor esclarecimento da Edilidade.

Face o exposto, sugerimos à Presidência da Casa, em acolhendo o presente despacho, que oficie o Executivo para que encaminhe, para completa instrução dos autos, a documentação/manifestação dos referidos órgãos, aventando para que a falta dos mesmos podem ensejar a possibilidade de enquadramento do projeto nos termos do art. 163, inc. III¹, do Regimento Interno da Câmara.

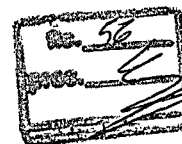
Sem embargo de outras deliberações, uma vez que venha a ser juntado ao feito a resposta do Executivo, se o caso, encaminhe-se o processo à Diretoria Financeira da Casa para providenciar prévia análise técnica,

1 Art. 163. A Mesa recusará qualquer proposição:
(...)

III – a que falte qualquer documento, ou em que a este faltem os elementos completos, especialmente nome e assinatura do responsável legal, no caso de planta, memorial, laudo ou outro documento técnico.



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo



circunstanciada e planejada, dentro do âmbito de sua competência, relativamente à adequação da propositura à Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de bem orientar a tramitação do projeto, e após o estudo do órgão técnico, retorne os autos a este órgão técnico para análise e parecer.

Jundiaí, 28 de junho de 2016.

Ronaldo Salles Vieira
Ronaldo Salles Vieira
Consultor Jurídico

Fábio Nadal Pedro
Fábio Nadal Pedro
Consultor Jurídico

Elvis Brassaroto Aleixo
Elvis Brassaroto Aleixo
Estagiário de Direito